

ALAMEDA EDITORA

2020

**O Brasil Desenvolvimentista (1945-1964)
e a trajetória de Rômulo Almeida:
ensaio de interpretação histórica**

Alexandre de Freitas Barbosa

Introdução metodológica

Esta introdução está organizada conforme a seguinte estrutura: primeiro, apresento os objetivos e o enfoque metodológico do livro, para depois discorrer sobre a concepção de História que serve de alicerce à pesquisa. Em seguida, justifico o uso mais restrito e historicamente delimitado que faço do conceito de desenvolvimentismo, para depois apontar como essa opção se diferencia dos usos correntes do “desenvolvimentismo” na literatura acadêmica. Aproveito para ressaltar que, ao longo do texto, o conceito virá sempre sem aspas quando o estiver usando conforme a minha ressignificação, e com aspas para as diversas formas chanceladas pela academia. Não tenho a menor pretensão de dizer que o meu uso do conceito é o correto ou que as demais abordagens não são apropriadas, inclusive porque a formulação alternativa aqui apresentada resultou do debate com historiadores econômicos e cientistas sociais. Parto do princípio de que cada um tem o direito de operacionalizar os conceitos à sua maneira, desde que explicito o que quer com eles. No meu caso, ao recortar o objeto para dar voz aos sujeitos de um determinado período histórico, me dei conta de que muitas vezes os conceitos “desenvolvimentismo” e “nacional-desenvolvimentismo” atuavam como camisas de força. Discorro ainda, nesta introdução, sobre o personagem Rômulo Almeida e sua trajetória peculiar, com o intuito de apontar como ela se revelou decisiva para a concepção e estruturação da pesquisa. A estrutura do livro, com suas partes e capítulos, encontra-se descrita ao final desta introdução.

Mesmo promovendo um debate com a literatura acadêmica, e tendo realizado uma pesquisa que seguiu os ritos da academia, este livro foi escrito com o objetivo de atingir um público mais amplo, que extravasa a cidadela universitária. Não poderia ser diferente quando se trata de discutir o desenvolvimento, seu pensamento e sua prática no Brasil, em um momento em que ambos sofrem uma implosão por parte dos grupos que se apossaram do Estado para destruir qualquer perspectiva desenvolvimentista. A história aqui contada é um convite ao mergulho no nosso passado não tão longínquo para construir novos futuros possíveis.

Objetivos e enfoque

Nesta obra, procuro abordar como interagem entre si a trajetória de Rômulo Almeida e os dilemas e contradições do Brasil Desenvolvimentista – conceito por mim formulado e que será aprofundado adiante. Se o personagem não pode ser abordado fora da história, a concepção sobre o Brasil Desenvolvimentista não teria sido possível sem o mergulho nesta trajetória específica, que funcionou como ponto de partida da pesquisa.

O objetivo é destrinchar a trama complexa que envolve, não apenas Rômulo, mas também outros intelectuais – como atores históricos que compuseram os vários fragmentos de uma geração – e o drama de uma coletividade nacional, nos seus conflitos políticos e sociais, a partir do debate em torno do desenvolvimento e das políticas voltadas para a superação do subdesenvolvimento.

Trata-se de compreender, em um primeiro plano, como este servidor público, a partir da sua posição social, construiu a sua interpretação engajada sobre a realidade brasileira. Engajada, pois a reflexão por si mesma não lhe parecia suficiente, soava a mero exercício retórico. Apenas fazia sentido se pudesse repercutir sobre a realidade que a nutria. Em um segundo plano, examina-se, para além da dimensão econômica, o desenvolvimento (capitalista) nacional, de 1945 a 1964, com suas rupturas e continuidades, por vezes dilatando o período para trás (desde 1930) e para frente (até 1980).

Situar Rômulo Almeida no seu tempo em mutação é o nosso desafio. A trajetória de Rômulo serve também como recurso para recontar uma parte da história que se perdeu. Daí a necessidade de centrar o foco no papel e na visão de mundo desta camada de servidores públicos que ocuparam posições estratégicas no aparato estatal entre os anos 1940 e 1960. Atuando a partir deste lugar, eles lograram orientar sob novos moldes os rumos do desenvolvimento nacional, mesmo enfrentando forças sociais e políticas contrárias aos seus anseios.

Faz-se necessário assim compreender os fatores que explicam não só a emergência da posição social ocupada por Rômulo Almeida e alguns de seus coevos, mas também o seu rápido ofuscamento, levando junto consigo a concepção de mundo por eles compartilhada. É por meio dessa opção metodológica que me pus a compreender os desafios enfrentados por um “fragmento daquela geração”, nascida entre 1905 e 1925, para tomar um intervalo de tempo suficientemente amplo.

Fragmento de geração, pois “uma geração é como um saco de gatos; pelo menos, tem gatos de todas as cores”, como nos lembra Florestan Fernandes, quando se arvora a contar a história de um “fragmento significativo” da sua geração, a partir de uma de suas “cidadelas”, a da sociologia acadêmica desenvolvida em São Paulo.¹ Cabe ressaltar que o conceito de geração é tomado de modo a captar não apenas os “cortes transversais”, mas também o seu movimento

¹ FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977c, p. 215-216.

“em sentido longitudinal”,² situando os protagonistas desta história com relação aos que os precederam e aos que vieram em seguida.

Rômulo Almeida encarna, de maneira emblemática, como se verá ao longo do livro, o grupo de burocratas-intelectuais-militantes, provenientes dos quatro cantos do território brasileiro, que se lançaram na tarefa de promover o desenvolvimento nacional a partir da cidadela estatal.

Creio ter tomado as precauções para não cometer o equívoco apontado por Mannheim,³ qual seja o de “eleger um homem como critério e considerá-lo como a encarnação de todas as mudanças que ocorreram” em um determinado espaço e tempo. “Não existe uma transformação uniforme que se produza invariavelmente em toda uma nação”. Torna-se assim estratégica “uma análise concreta dos mecanismos sociais” que operam nos vários âmbitos da vida coletiva, levando à ascensão (ou queda) de grupos dotados de visões compartilhadas do processo que lhes confere sentido.

Este ensaio de reinterpretação, é importante que se diga, carrega uma leitura posicionada, no sentido de que também ocupo um posto de observação delimitado no tempo e no espaço. Um intelectual que se sente pouco à vontade com a forma pela qual o conceito de desenvolvimento, ou de “desenvolvimentismo”, é operacionalizado hoje por boa parte da academia brasileira, não só, mas especialmente nos departamentos de Economia.

A partir desta posição, pretendo perscrutar a história daquele período, com seus projetos, utopias e traumas, sob novas luzes. Para tanto, adentro o terreno da história munido pelo olhar romuliano, a partir do qual procuro re-situar os agentes sociais, intelectuais e políticos e suas perspectivas sob um enfoque totalizante. Paralelamente, realizo um movimento em sentido contrário, ao buscar um paulatino distanciamento do personagem, ele próprio virado do avesso. Durante este percurso, as próprias análises históricas produzidas no passado e no presente se tornam objeto de avaliação. E uma nova totalidade vai emergindo, ela também provisória.

Como o empreendimento encontra-se inserido, em alguma medida, no campo recente da “história intelectual”, não poderia fugir do dilema apontado por Sirinelli, quando destaca a

² Seguimos, mais adiante, outras sugestões de cunho metodológico que nortearam a elaboração da obra clássica de Antonio Candido (CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – vol. 1*. São Paulo, Livraria Martins, 1959, p. 29).

³ MANNHEIM, Karl. *Libertad y planificación*. 2ª edição. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 30-32.

“proximidade do campo de estudo” e o seu “forte teor ideológico”.⁴ Em vez se ocultar a “simpatia”, a melhor saída é a de problematizá-la metodologicamente.

Se não me proponho a fazer uma biografia, existem elementos de natureza biográfica neste trabalho. Isso é o bastante para levar em conta as críticas de Bourdieu⁵ sobre os “relatos de vida”, que partem, a priori, de “um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto”. Neste caso, assume-se de antemão o “postulado do sentido da existência narrada”. Ora, se existe uma coerência na trajetória de Rômulo Almeida, ela apenas se constitui a partir das “particularidades circunstanciais” e “acidentes individuais”, enquanto expressões de um universo social mais amplo em constante mutação. O sentido é fruto “do conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto de outros atores envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”, tal como insiste Bourdieu. De maneira ainda mais enfática, Todorov⁶ aponta que “conferir sentido a uma existência vivida” significa “impor o fechamento ao que cada um sempre viveu como abertura”.

Desta forma, procuro articular as posições ocupadas por Rômulo nos vários momentos da sua trajetória ao papel que estas exerceram na totalidade social também em movimento. Quais Rômulos foram emergindo e quais se viram abortados ou reciclados, antes, durante e depois do ciclo histórico do Brasil Desenvolvimentista? É importante ressaltar que o nosso personagem serviu como a porta de entrada de uma história em que outros intelectuais vinculados às suas respectivas posições sociais também assumem papel de destaque.

Paralelamente, para fisgar “a situação temporal” do autor/ator, e de sua “obra”, é preciso escavar mais fundo de modo a revelar “a síntese das condições de interdependência” a partir de um sistema articulado de “obras” e concepções de mundo, que firmam uma tradição e originam o “estilo do tempo”.⁷ Apenas a partir desta atitude metodológica pode-se saltar das preferências pessoais (gosto), onde entra o elemento de arbítrio que mobiliza a “intuição”, e sem a qual não se chega ao “juízo crítico” (diferente de julgamento). O giro dialético se completa por meio da mediação com o sistema mais amplo de “obras” dos autores/atores, de modo a fornecer uma

⁴ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 232-234, 239.

⁵ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: ARAÚJO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 184-187, 190.

⁶ TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*. São Paulo: Difel, 2011, p. 18.

⁷ Empréstimo aqui, com certa liberdade, as categorias e o método de Antonio Candido, sabendo da diferença entre a sua empreitada, captar a formação da literatura brasileira a partir de um conjunto de obras que conformam um sistema literário delimitado historicamente; e o objetivo mais modesto de captar o debate sobre o desenvolvimento, inserindo-o no sistema cultural de seu tempo (CANDIDO, 1959, p. 18, 23, 30-31).

“avaliação” (reconhecimento e definição de valor),⁸ jamais definitiva. Mesmo sem saber se consegui me colocar à altura deste desafio metodológico, ele norteou a presente pesquisa.

Neste sentido, existe a pretensão de resgatar a história de um segmento da elite dirigente que teve em Rômulo um de seus expoentes. Portanto, nosso personagem não é o único foco da câmera, que se desloca para outros “boêmios cívicos”⁹ – Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira e Cleanto de Paiva Leite; e também para técnicos e intelectuais do setor público como Celso Furtado, Roberto Campos, Lucas Lopes, San Tiago Dantas, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos; sem deixar de fora da trama os “intelectuais críticos da academia”, especialmente os sociólogos liderados por Florestan Fernandes; ou os “intelectuais independentes” como Caio Prado Jr. e Mário Pedrosa; além dos “intelectuais das classes populares”, que entram em cena nos anos 1960.

O que une estes vários fragmentos desta geração é o debate em torno do desenvolvimento nacional e das potencialidades e contradições do capitalismo no Brasil, por mais que o concebemos sob diversos ângulos, a partir das cidadelas que ocupavam. Ou posto de outra forma, suas distintas “formas de pensamento” se interpenetram e se influenciam reciprocamente, permitindo inclusive que “alianças intelectuais” sejam tecidas entre autores com posições ideológicas diversas.¹⁰

Durante a pesquisa, trabalhei com a ideia de círculos concêntricos, em torno dos quais atua nosso personagem: o círculo mais próximo engloba os técnicos, geralmente concursados – a maioria dos quais economistas de orientação nacionalista – e que se socializavam no aparato estatal; o outro círculo abarca os intelectuais, não apenas economistas, atuando a partir do setor público e criando um “capital cultural” coletivo a embasar um projeto de nação. Esses dois círculos compõem os “intelectuais orgânicos do Estado”.

O economista baiano preenche uma posição social – a do intelectual que forjou um projeto-interpretação-utopia de desenvolvimento nacional ao ocupar lugares estratégicos no aparato estatal –, em geral subestimada pela literatura que se deteve sobre o período. Tais protagonistas do processo histórico funcionavam como pontos de irradiação e de conexão entre amplos segmentos não só da intelectualidade, mas da sociedade em processo de transmutação.

⁸ Os trechos em parênteses e entre aspas procuram sintetizar os passos essenciais da atitude metodológica de Antonio Candido (CANDIDO, 1959, p. 9, 24-25).

⁹ São poucos os estudos da academia sobre o papel e a atuação dos boêmios cívicos. Um exemplo é a contribuição de LIMA, Marcos da Costa (org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-1954)*. Coleção Pensamento Crítico, 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, 2013.

¹⁰ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007, p. 36-39.

Neste sentido, Rômulo Almeida desempenha o mesmo papel que o mestre Antonio Candido¹¹ atribuiu ao Conselheiro Tolentino no seu intuito de elucidar, a partir da perspectiva do “burocrata”, o Brasil Monárquico. De fato, eram outros tempos, outros dilemas, outras posições sociais.

Ao qualificar o funcionário público do Brasil oitocentista como alguém que estava perto dos “donos do poder”, e “de maneira crescente à medida que se dava a subida na escada”, Candido “sublinha aspectos profundos da sociedade brasileira daquele tempo”, onde ser funcionário equivalia a “ter uma posta”, simbolizando renda, prestígio e garantia. Neste contexto, mérito e favor conviviam quase harmonicamente. Dando um salto no tempo, Candido refere-se ao funcionário público do período mais recente como alguém “solto na massa da sociedade urbanizada e industrializada, que não se destaca no panorama”.

Nosso personagem, Rômulo Almeida, situa-se entre estes dois extremos temporais, permitindo-nos acompanhar o fluxo da história a partir desta nova posição social, preenchida pelo burocrata-intelectual-militante empenhado em erguer pontes entre o Estado e a nação. Ao participar da estrutura de poder, atuando de maneira decisiva sobre as contradições sociais e econômicas, procurou orientar o desenvolvimento durante o processo de industrialização no Brasil.

É a partir de seu olhar privilegiado – em virtude dos lugares que ocupou na cena nacional, junto aos seus pares e a outros protagonistas que lhe sucederam no serviço público – que hoje se pode recuperar a sua concepção sobre o projeto nacional de desenvolvimento. E que, seguindo de perto os seus passos, mas sem deixar de aproveitar a perspectiva fornecida pelo distanciamento histórico, torna-se possível esboçar uma interpretação alternativa sobre o Brasil Desenvolvimentista.

A dinâmica desse período é modulada pela história desse projeto-interpretação-utopia – que apesar de predominante no período 1945-1964 jamais se mostrou hegemônico – e de sua interação contraditória com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e a correspondente transformação da estrutura social e de poder. Mas o quadro não se completa se não formos capazes de mostrar como outros fragmentos daquela geração se viram às voltas com os dilemas oriundos desta contradição. Não à toa, no triênio 1961-1963, o “desenvolvimento”

¹¹ CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1985, p. 9-13.

cede lugar a novos termos, “crise” e “revolução”,¹² fazendo-se acompanhar diferentes projetos-interpretações-utopias.

O método adotado, especialmente no que se refere aos “intelectuais orgânicos do Estado”, não se contenta com a verificação do seu “destino de classe”, como se este determinasse os móveis dos atores de modo a valorizar a posição conquistada. Neste sentido, distancio-me do enfoque de Miceli,¹³ pois o discurso e a posição social não se encontram plenamente definidos no momento da disputa por espaço de poder, e nem devem ser vistos a partir de um confortável ponto de chegada, como se dissociados estivessem da própria sociedade em ebulição. A posição social é fim por ser meio e o discurso conta, não é mero ornamento.

Apesar de não partir da abordagem de Brandão –¹⁴ que concebe o pensamento político brasileiro por meio de “famílias intelectuais” que se recompõem historicamente, concordo com o autor que as ideias e as formas de pensamento são “cristalizações do social” e, neste sentido, permitem “interpelar inusitadamente a sociedade e a história que os produz”. A posição social não pode servir como elemento suficiente e determinante da análise, Simultaneamente, faz-se necessário um mergulho na “obra” em si, em sua forma e conteúdo.

A singularidade da inserção social de Rômulo – partilhada por vários de seus companheiros de fragmento de geração – permite um novo olhar sobre o passado, desde que se revele a pluralidade conflituosa de posições sociais, projetos políticos, interpretações e utopias. Se este passado se “resolveu” em um determinado sentido, com o golpe de 1964, tal ruptura ainda se encontra mal compreendida tanto no movimento do real, como das ideias a ele subjacente. De fato, enquanto empreendia a revisão crítica da literatura sobre o processo de desenvolvimento no Brasil, percebi que o presente ficara enclausurado em fórmulas gastas – em virtude do obscurecimento das concepções e alternativas, dos diálogos e confrontos do passado –, adiando assim uma perspectiva coerente de futuro.

¹² PERICÁS, Luiz Bernardo. PERICÁS, Luiz Bernardo. “Introdução”. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 42. O autor faz uma síntese das principais obras produzidas no período, quando os termos “desenvolvimento”, “crise” e “revolução” aparecem muitas vezes associados, mas assumindo diversos significados, conforme a orientação política e ideológica.

¹³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 347-349. Justiça seja feita ao sociólogo que menciona a necessidade de uma “construção analítica do perfil do grupo em questão, em termos quer de sua posição relativa na estrutura social, quer de sua contribuição para a gênese e a continuidade/ruptura do sistema de poder”. Porém, na minha percepção, a utilização da dicotomia cooptação/autonomia para os intelectuais em geral – cujos tipos ideais não são investigados em profundidade – impede o autor de executar o seu projeto tal como proposto.

¹⁴ BRANDÃO, 2007, p. 15, 23, 43-44.

Concepção de história

Ao longo desta pesquisa, escolhi-me na concepção de Reinhart Koselleck,¹⁵ para quem “o historiador pode se dar ao luxo de “produzir” história”. No seu entender, qualquer releitura sobre o passado deve captar o “caráter processual das estruturas” que se “integram aos eventos cotidianos no período de uma geração”, articulação realizada de maneira distinta por cada geração subsequente de historiadores interessados no período revisitado. Do contrário, predomina a “ficção do factual” e se estreitam, em vez de se alargarem, as “condições de possibilidade” e os “horizontes de expectativa” de um determinado “futuro passado”.

Não se trata de remover a poeira do passado, mas de presentificá-lo de maneira “refletida”: tal opção significa assumir que “o espaço contemporâneo da experiência é o centro de todas as histórias”. Neste sentido, o perspectivismo em história permite a “redenção da parcialidade”. Por sua vez, a síntese necessária entre parcialidade e objetividade apenas pode ser empreendida por meio de um duplo exercício que envolve a crítica das fontes – as quais têm “poder de veto” –, assim como a construção de uma “teoria da história possível”: uma remete dialeticamente à outra.¹⁶

Partindo desta concepção¹⁷, não existe historiografia sem uma teoria da história subjacente ao objeto/sujeito ou à realidade/processo que se procura destrinchar. Importa, pois, explicitá-la, o que apenas pode ser feito por meio da criação de “imagens mais novas” da história, portadoras de sentido. No mesmo diapasão, William Sewell Jr. afirma que a História, diferente das Ciências Sociais, tende a reservar um espaço menos relevante à discussão teórica, muitas vezes fugindo da reflexão sobre as “estruturas” e das grandes questões históricas.¹⁸ Não poderia, o autor se pergunta, a História participar deste debate mais amplo, por meio do seu conhecimento acerca da “complexa temporalidade” da vida social em cada momento histórico, acentuada pela “heterogeneidade causal”?

De fato, são várias as temporalidades da História. Seja porque “um único decurso de tempo” é vivido diferencialmente pelas várias gerações políticas e posições sociais, seja porque não se adentra novamente o “futuro passado” – no nosso caso o período demarcado pelo Brasil Desenvolvimentista, sem cavoucar a história da sua recepção nos vários momentos posteriores àquele passado.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006, p. 134-138, 141, 169-170.

¹⁶ *Ibidem*, p. 168, 174, 184-187.

¹⁷ *Ibidem*, p. 13-14, 133, 184-185, 320.

¹⁸ SEWELL Jr., William. *Logics of History: social theory and social transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 5-9, 14-15.

Mais importante ainda, cada trecho de tempo enfeixa processos de diferente duração que interagem entre si à maneira de Fernand Braudel. Conforme o historiador francês,¹⁹ se no tempo curto do evento, “vê-se apenas a sua chama”, “as estruturas comandam-lhe o escoamento”, podendo servir ao mesmo tempo como “sustentáculos” ou “obstáculos”. O método braudeliano, elaborado com o intuito de apreender a dialética das durações, parece-nos uma inovação na forma de captar a dinâmica e os ritmos do processo histórico. Porém, o peso que Braudel confere à longa duração pode limitar a possibilidade de interpretação do movimento dialético entre continuidade e ruptura em contextos específicos.²⁰

“Aprender a escutar os objetos de estudo”: eis a chave fornecida pelo historiador Alexander Gerschenkron.²¹ Também para este autor, a “escuta” da história apenas é possível se mediada por uma “teoria geral”, capaz de organizar e interpretar os processos e o papel dos sujeitos da história. Neste sentido, se, por um lado, o juízo de valor participa da escolha do tema e do enfoque; por outro, um esforço de distanciamento deve assegurar que as próprias hipóteses de partida sejam questionadas por meio da avaliação das fontes e das leituras alternativas sobre as relações complexas entre os atores sociais e o processo histórico mais amplo. Indo diretamente ao ponto, se o livro começa com a identificação de Rômulo e seus colegas de serviço público e militância, por outro lado, ao flagrá-los em ato, a partir da sua posição social no processo histórico, ele deve permitir também relativizar as suas premissas e convicções.

É, portanto, na relação dinâmica entre a ideologia e os sujeitos que a encampam por meio de projetos declarados, especialmente durante os momentos de mudança substantiva,²² que se encontra o eixo de nossa metodologia. Mas ela não se restringe a estes burocratas-intelectuais-militantes, já que se propõe a alcançar, na medida do possível e de maneira sintética, outras posições sociais ocupadas pelos intelectuais que compunham os demais fragmentos daquela geração. Inclusive para recuperar os debates e confrontos esquecidos pelas leituras recentes sobre o futuro passado.

Tal perspectiva metodológica exigiu uma revisão crítica da literatura sobre a burocracia e o papel do Estado; o desenvolvimento econômico e a dinâmica das classes sociais; e a história

¹⁹ BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 43-51.

²⁰ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Fernand Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montecinos, 1996, p. 43-46. Aproveito a sugestão deste autor que, depois de apontar o “original determinismo histórico” em Braudel, indica a possibilidade de novas formas de operacionalizar “as relações complexas entre as distintas durações”. Também SEWELL Jr. (2005, p. 100-103), sem partir de Braudel, propõe uma nova perspectiva metodológica informada pela “eventful temporality”, uma temporalidade “agitada” pelos eventos na sua complexa interação com as várias estruturas da vida social.

²¹ GERSCHENKRON, Alexander. “Reflexões sobre a ideologia como problema metodológico e histórico. In: *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015a, p. 387-390, 400.

²² *Ibidem*, p. 393-394, 397-399.

das ideias e dos intelectuais no Brasil. Por lidar com processos históricos, esta ampla literatura também se tornou história. A marca de suas armaduras conceituais é evidente. Suas categorias necessitam ser “desprovincializadas” do contexto que as originou, para se encharcarem do universal em suas várias manifestações particulares. Para que possam fugir do eurocentrismo do “ainda não”, “negador da contemporaneidade” periférica, e sintetizado na afirmação “primeiro no Ocidente, depois nos demais lugares”.²³

Com o intuito de situar a clivagem que o debate sobre desenvolvimento opera no pensamento brasileiro a partir dos 1940 e 1950, procurei me proteger contra a “mitologia das doutrinas”. Este é o termo utilizado por Skinner²⁴ para criticar a “sabedoria perene” que pretensamente “evolui” pelo debate em torno de algumas ideias-força ao longo do tempo e do espaço. No entender do autor, o pensamento apenas pode ser elucidado por meio de uma filosofia da ação que permita descortinar o seu propósito em um tempo e local específicos. Portanto, a história deve estar voltada prioritariamente para a compreensão analítica do que os sujeitos “queriam dizer quando disseram o que foi dito”. Skinner recomenda que o historiador se fie menos na contribuição dos autores/atores para o pensamento ocidental sobre determinado tema, ou na suposta “incoerência” em relação ao que existia antes ou veio depois. Deve ele focar nos recursos de linguagem utilizados pelos protagonistas do drama com o intuito de convencer os seus contemporâneos de que o seu propósito continha um potencial de verdade.

Dessa forma, ao transplantar essa discussão metodológica para o nosso objeto/sujeito de pesquisa, não se pretende limitar a análise a qual papel o desenvolvimento jogou no sistema de ideias dos técnicos nacionalistas e dos intelectuais orgânicos do Estado, mas especialmente apontar “o que estavam fazendo e o que almejavam” com o desenvolvimento quando a ele se referiam. O texto (no caso de um pensador), ou o conceito (tal como operacionalizado por um intelectual atuante, como no caso de Rômulo e do seu fragmento de geração) são vistos como “atos intencionais de comunicação”, utilizados no seu contexto linguístico; e também em certo contexto social, já que este último contribui para definir “os significados convencionalmente reconhecidos” do que se pode pretender comunicar.²⁵

Se, neste ponto, Skinner nos serve de auxílio, não adotamos a sua abordagem na íntegra. Isso porque a sua crítica aos anacronismos termina por levar a uma “cisão entre história e

²³ CHAKRABARTY, Dipesh. *Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets Editores, 2008, p. 33-35.

²⁴ SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method – Vol. 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 3-7, 57-59, 67-68, 79.

²⁵ *Ibidem*, p. 85-87.

teoria”, em virtude da sua aposta na “incomensurabilidade dos tempos históricos”.²⁶ Os conceitos podem viajar no tempo e no espaço, e de fato o fazem. Essa viagem conceitual é um dos objetivos da história, como indicaremos adiante, apoiados na interpretação de Koselleck.

Sigo, também, as pegadas de Albert Hirschman,²⁷ para quem os cientistas sociais na sua pretensão de fazer da “análise da mudança social” algo universal, se olvidam da desordem criativa e da multiplicidade de manifestações que caracterizam a aventura humana. Acabam, assim, empurrando a história para o reino da irreduzibilidade. Ao contrário, a busca do original serve como estímulo – uma espécie de lastro subjetivo – para aqueles autores/atores que possuem uma perspectiva transformadora. Resgatar o componente utópico da história não significa recorrer ao campo do contrafactual, mas recompor a totalidade feita das várias rotas possíveis, inclusive as interditas.

Esta perspectiva “possibilista”, segundo a definição do próprio autor, parte de um enfoque em que política e economia aparecem integradas, incorporando assim as propostas consideradas não realistas para “tempos normais”, mas que assumem viabilidade potencial em “constelações históricas favoráveis à mudança”. O período em tela pode ser encarado como uma dessas constelações, cuja compreensão é essencial inclusive para destrinchar o curso posterior tomado pelo processo histórico, ou nas palavras de Koselleck, para investigar e questionar a história que, em seu momento, foi dada como “real”.²⁸

Trata-se de encarar como e porque esta história pôde se realizar, sobretudo para fisgar os elementos de descontinuidade, assumindo uma perspectiva de “continuidade como periodicidade”, tal como proposta por Gerschenkron. O segredo estaria, portanto, em investigar “as interrelações entre os elementos estáveis e cambiantes no processo histórico”,²⁹ descartando a visão economicista que foca a continuidade apenas por meio de uma alteração na “taxa de mudança”.

Em outras palavras, o desenvolvimento nacional, ao menos enquanto projeto- interpretação-utopia, não está contido no “desenvolvimentismo” do regime militar, porque este acelerou a taxa de acumulação de capital no território nacional e promoveu a diversificação produtiva. Tampouco o desenvolvimento capitalista no Brasil estava condenado a se

²⁶ BRANDÃO, 2007, p. 30-33.

²⁷ HIRSCHMAN, Albert. *A bias for Hope: essays on development and Latin America*. New Haven: Yale University Press, 1971, p. 26-29.

²⁸ KOSELLECK, 2006, p. 142.

²⁹ GERSCHENKRON, Alexander. “Sobre o conceito de continuidade na História”. In: *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015b, p. 215-226.

transformar em um “caso exemplar de mau desenvolvimento”,³⁰ conforme o veredito de Celso Furtado no início dos anos 1980. Algumas rupturas se processaram no meio do caminho.

Em oposição a um olhar que encara a História como uma “acumulação gradual de conquistas”, onde cada momento traz a sua contribuição para o destino que se conhece e, portanto, inelutável, por que não partir do enfoque de Walter Benjamin nas “teses sobre os conceitos de história”? O mote de “escovar a história a contrapelo” permite revelar a unidade contraditória do passado tal como iluminada pelo presente. Isso é possível não apenas em virtude do distanciamento histórico que o presente oferece, mas também, e principalmente, porque ele nos permite apoderar da “imagem histórica que lampeja fugaz”.³¹ Para Benjamin, a história não vive apenas no passado, devendo ser lembrada no presente.

O “tempo-de-agora” daquele passado, com suas possibilidades de ruptura em vários sentidos, pode ser recuperado apenas se o tempo qualitativo (heterogêneo e pleno) substituir o tempo quantitativo (homogêneo e vazio). Este último, para seguir na linguagem metafórica de Benjamin, significa tão somente “acariciar o pelo muito lúcido da história”, tal como contada pelos que vieram em seguida. Em contraposição à “história aditiva”, Benjamin defende a “história construída” que se detém no “tempo das possibilidades”, concebido como “um aleatório aberto à irrupção imprevisível do novo”. Essa perspectiva justifica a abertura de “dossiês históricos fechados”, redescobrimos combates esquecidos e considerados “utópicos”, “anacrônicos” ou na “contracorrente do progresso”, conforme a síntese de Löwy.³²

Se na perspectiva de Benjamin, trata-se de fazer do passado uma força do presente, ao substituir o “cortejo triunfal dos vencedores” pela união dos oprimidos vencidos nos vários combates ao longo da história; cogito se tal aposta metodológica se torna factível, não para resgatar a perspectiva revolucionária, mas para lançar luz sobre o fosso existente entre a variedade de capitalismo existente no país hoje e o projeto-intepretação-utopia desenvolvimentista, concebido naquele passado como meio de superação do passivo colonial.

A peculiaridade da cena nacional naquela quadra histórica reside no fato de que a defesa da industrialização não se fazia sem o questionamento dos seus pressupostos limitadores. Travava-se a luta a favor dos vencidos do passado e em prol dos quase-vencidos do presente, mas sem deixar de enfrentar os quase-vencedores no seu campo, eles mesmos favorecidos pela dinâmica transformadora acionada por esses sujeitos históricos não revolucionários. A perspectiva “reformista” dos nossos protagonistas não faz desta leitura transformada em práxis

³⁰ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.

³¹ LÖWY, 2005, p. 58-61, 64-82.

³² *Ibidem*, p. 116-120, 130-131, 140-141, 157-158.

naquele “tempo-de-agora” menos “derrotada”: cabe a nós retirá-la do “dossiê fechado da história”.

O desenvolvimentismo neste trabalho

É possível afirmar que nação e desenvolvimento se complementavam de modo a fornecer uma estrutura cognitiva ao processo sobre o qual esses intelectuais singulares procuravam atuar. Como menciona Cândido Mendes de Almeida, importante quadro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e parceiro de Rômulo desde o início dos anos 1950, o nacionalismo e o desenvolvimento eram “movimentos germinados”, visando a “substituição da situação colonial”.³³

Vale lembrar que estes burocratas-intelectuais-militantes se autoproclamavam nacionalistas.³⁴ O depoimento do companheiro de Rômulo na Assessoria Econômica do segundo governo Vargas, Cleanto de Paiva Leite, de 1988, é elucidativo a esse respeito: “eu não gosto da palavra, para mim ‘desenvolvimentismo’ é corruptela de ‘desenvolvimento’, como ‘populismo’ é corruptela de ‘popular’”.³⁵ O próprio Rômulo,³⁶ à semelhança de Cleanto, confere um sentido crítico ao termo. Em entrevista dos anos 1980, ele se refere a uma “psicologia desenvolvimentista” criada no governo Juscelino Kubitschek (JK), “até certo ponto positiva”, mas que teria levado a um “otimismo irresponsável”, especialmente quando retomada “depois de 1967 de uma maneira furiosa”. Para completar, Furtado,³⁷ escreve em 1974, nos seus diários, depois de passar cinco semanas no Brasil, que no Nordeste, “mais do que em qualquer outra parte”, “o vício essencial do desenvolvimentismo salta à vista”: em tudo “o feito é muito diverso do que havia imaginado”.

Em contraposição, Lucas Lopes – presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e ministro da Fazenda de JK – refere-se a um período na história do Brasil,

³³ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963, p. vii.

³⁴ Sobre a autodefinição de Celso Furtado, que raramente utilizou a alcunha de “desenvolvimentista”, ver depoimento de Rosa Freire d’Aguiar (apud FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. In: CALIXTRE, André Bojkian; BIANCARELLI, André Martins & CINTRA, Marcos Antonio Macedo (orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014, p. 37). Ver também FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1998, p. 12. Ao referir-se à *Revista econômica brasileira* fundada, em 1955, Furtado menciona que ela reunia “pessoas de orientação de ‘esquerda’ ou simplesmente ‘nacionalista’”.

³⁵ LEITE, Cleanto de Paiva. “Depoimento de 1988, concedido a Plínio de Abreu Ramos e Anamaria Ladeira Aragão no contexto do projeto ‘Memória do setor de energia elétrica: fase pré-operacional’ da Eletrobras”. Transcrição de Maria Cristina Braga de Bastos e Marilza Fernandes Almeida. Rio de Janeiro: Acervo CPDOC-FGV, 1988, p. 32.

³⁶ ALMEIDA, Rômulo. “Entrevista”. In: *São Paulo Energia*, ano I, n. 3, abr. 1984, p. 18.

³⁷ FURTADO, Celso. *Diários Intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 239.

em que teria havido uma “orientação desenvolvimentista”, definida como “uma vocação para crescer e era preciso crescer de qualquer forma”. Lopes diferencia Vargas, que dava prioridade ao problema político e social, de JK, mais “desenvolvimentista”,³⁸ em entrevista concedida no final dos anos 1980.

Percebe-se que, para os participantes do processo, especialmente Cleanto, Rômulo e Furtado – com a exceção de Lopes que associa o termo a uma época, partindo de um julgamento favorável, o “desenvolvimentismo” marca uma ruptura, carregada de “vício” ou “irresponsabilidade”, além de “corromper” a concepção e práxis do desenvolvimento por eles esposada. O desenvolvimento não se traduz facilmente em “desenvolvimentismo”, revelando assim uma perda ou desvio.

Portanto, utilizaremos a alcunha de técnicos nacionalistas para os boêmios cívicos e Furtado, dentre outros, pois assim eram chamados, e assim se definiam ao demarcar a sua posição no debate sobre o desenvolvimento. Por sua vez, tanto o período histórico no qual estes atores jogaram um papel decisivo, como o seu ideário, podem ser definidos como desenvolvimentistas, desde que, neste último caso, se explicita a tríade projeto-intepretação-utopia que lhes serve de alicerce e a sua relação de tensão com o movimento mais amplo da história. Adoto esta estratégia para estabelecer uma linha divisória com relação aos usos que o termo adquire nas leituras subsequentes do futuro passado. Mas nos pouparemos de fazer referência aos autores/atores por meio de um termo que não faz parte de seu idioma conceitual.

No caso específico de Roberto Campos e Lucas Lopes, dentre outros, nos permitimos cunhar um neologismo – o de técnicos “mercadistas” –, de modo a ressaltar que o desenvolvimento estava mais relacionado à dinamização do mercado, não figurando a nação como um fim em si mesmo, ou quando muito estando subsumida a esse movimento mais amplo. Essa categoria, explicitada ao longo deste livro, longe de ser um demérito para estes autores/atores, pretende ser o mais fiel possível à forma como pensavam e atuavam.

A opção pela delimitação/ressignificação do conceito deve-se a dois motivos básicos. Em primeiro lugar, o “desenvolvimentismo” orienta o debate do Brasil contemporâneo a partir dos anos 2000, além de figurar na literatura acadêmica desde os anos 1960. Apesar dos seus múltiplos significados, ele faz parte do intercâmbio linguístico na academia e na imprensa, tornando-se, assim, incontornável.³⁹

³⁸ LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1991, p. 147, 219.

³⁹ Segundo André Singer, “a julgar pelo debate econômico atual, o termo desenvolvimentismo ainda guarda valor heurístico” (SINGER, André. “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista”. In: SINGER, André,

Mas o “desenvolvimentismo”, tal como é mobilizado por grande parte dos meus colegas acadêmicos, tende a ocultar a complexidade das formulações sobre o desenvolvimento produzidas pelo fragmento da geração da qual faziam parte Rômulo, Furtado e Rangel. Para tais autores/atores, o desenvolvimento possuía uma matriz econômica, mas não ficava restrito ao seu perímetro. O seu eixo central girava em torno da nação. A expansão do mercado interno, a industrialização e a transformação das relações externas eram meios. Em síntese, estes intelectuais pensavam o desenvolvimento a partir da sua experiência histórica que projetava desafios em várias frentes. A economia talvez fosse o alicerce. Mas não era tudo.

Em segundo lugar, trata-se de recuperar a força cognitiva que o desenvolvimento enquanto processo de construção nacional conferiu àquele passado, partindo da perspectiva de um fragmento de geração que logrou tomar a frente do processo histórico, por mais que tenha sido por ele superado. Em síntese, o Brasil Desenvolvimentista ganha sentido a partir de um mergulho nas contradições que esse projeto-interpretação-utopia julgou capaz de processar no sentido da superação do subdesenvolvimento.

Mais uma vez, é em Koselleck que podemos encontrar uma reflexão sobre a história dos conceitos enquanto parte integrante da pesquisa social e histórica. No seu entender, um mesmo conceito, “desenvolvimento” ou “subdesenvolvimento”, por exemplo, ao ser usado ao longo do tempo, pode refletir “processos de permanência, alteração ou ineditismo dos seus significados lexicais”.⁴⁰

Assim, ao contrastarmos o “núcleo conceitual do passado” com o “núcleo conceitual contemporâneo”, são as permanências ou alterações estruturais que estão em jogo. Elementos tidos como comuns a um conceito em um determinado momento podem aparecer dissociados em um momento posterior. Desta forma, um conceito pode perder “capacidade de rendimento” ao fim de um ciclo de transformações das estruturas econômicas, sociais e políticas. No nosso caso, por exemplo, ao menos para os técnicos nacionalistas, o desenvolvimento associava industrialização à inclusão social e ao aprofundamento da democracia nos anos 1950, elementos que passam a ser dissociados no “desenvolvimentismo” dos anos 1970.

No caso do “desenvolvimentismo”, ao emprendermos uma “elucidação de trás-pra-frente”, tal como sugerida por Koselleck, nos deparamos com uma situação peculiar. O seu significado no contexto contemporâneo torna-se também objeto de investigação, já que o

LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 24-26).

⁴⁰ KOSELLECK, 2006, p. 104-107, 114-117.

encurtamento do seu significado lexical, restrito ao campo econômico, indica camadas de sentido daquele passado que ficaram encobertas.

Ora, o “desenvolvimentismo” não existia enquanto tal no passado, assumindo novo significado lexical apenas no futuro passado que o sucedeu. Se fizermos a roda da história girar no outro sentido, por meio de uma elucidação “de frente para trás”, o novo conceito ressignificado – desenvolvimentismo – pode se enraizar em nosso futuro passado, com a devida precaução e apenas porque o conceito de desenvolvimento atuou de forma decisiva na “constituição linguística” daquela experiência temporal.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o sufixo “ismo” cumpre o papel de apontar “uma sociedade em movimento”, saltando para além das “possibilidades finitas de auto-organização humana”, e projetando um horizonte de expectativa para além do espaço de experiência, na medida em que indica uma ruptura no sentido de um futuro possível.⁴¹ Esse procedimento permite recuperar a noção de desenvolvimento como um processo de autotransformação nacional, tal como concebido por nossos burocratas-intelectuais-militantes.

Portanto, ao ressignificar o desenvolvimentismo para um novo futuro passado, procuro restringir e delimitar o seu alcance, tornando-o menos elástico do que o adotado por parte expressiva da literatura acadêmica. Ao inserir esta ideia no seu devido lugar, ela passa a assumir o significado de uma aposta utópica, embasada em uma perspectiva crítica da história e empunhada por determinados sujeitos situados em uma posição social que atua – tendo por eixo norteador o desenvolvimento – nos planos estratégicos da economia, da política e da cultura.

Por sua vez, ao classificar o período como Brasil Desenvolvimentista, o objetivo é captar o seu andamento contraditório, ressaltando a especificidade dos seus vários momentos; bem como elucidar o projeto-interpretação-utopia esposado pelos técnicos nacionalistas, geralmente economistas, e dos intelectuais orgânicos do Estado, categoria mais ampla que abarca a primeira. Isso sem perder de vista as concepções formuladas por outros técnicos e intelectuais que, ao participarem do debate e das políticas para o desenvolvimento, a partir de suas respectivas posições sociais, moldaram os conflitos políticos ao longo do período.

Resgatar esta concepção de desenvolvimento implica “uma leitura filológica ativa”, pois supõe uma visão da linguagem em que as palavras deixam de ser “significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada”. Para Edward Said,⁴² a realidade presumida pode, ao contrário, ofuscar como “certas estruturas de atitude, sentimento

⁴¹ Ibidem, p. 325-326.

⁴² SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 82-86, 90-91, 99.

e retórica” se articulam em determinado contexto histórico. Esta proposta humanista reivindica um duplo esforço de recepção e resistência.

“Recepção” ao valorizar a posição dos autores/atores que perseguem o desenvolvimento nacional para além da sua matriz econômica. E “resistência” no sentido de libertar a sua visão – contida nos seus textos, projetos e opções políticas – das estruturas intelectuais erguidas e transformadas em tradição, conforme um cânone estabelecido. Em vez de um exercício purista de extrair o significado mais profundo do conceito a partir de uma análise discursiva, trata-se dar vida, como leitor-historiador-humanista, ao “como e porque foi dito” em determinado contexto, por meio de um “ato modesto de emancipação e esclarecimento”.

O “desenvolvimentismo” na literatura acadêmica e no debate político

A discussão conceitual realizada acima possui um significado estratégico. Braudel,⁴³ na sua obra clássica sobre o capitalismo, afirma que “as palavras-chave do vocabulário histórico só devem ser utilizadas depois de interrogadas”. Quer saber o historiador “de onde vêm elas”, “como chegaram até nós”, se “não irão nos confundir”. Koselleck endossa o coro, quando discorre que nos momentos de transformação política e social, “a luta pelos conceitos ‘adequados’ ganha relevância social e política”.⁴⁴

No campo acadêmico, os termos “desenvolvimentismo” e “nacional-desenvolvimentismo” se revestiram de várias camadas de sentido, dando origem a interpretações não necessariamente convergentes e, às vezes, até mesmo com o sinal invertido. Apontaremos aqui alguns autores que se constituíram em referências para o debate, além das leituras contemporâneas que se tornaram corriqueiras.

Em 1962, Hélio Jaguaribe⁴⁵ caracteriza, pela primeira vez, o “nacionalismo desenvolvimentista” como uma ideologia das forças que, no seu entender, empurravam o processo de industrialização, em diálogo e em confronto com o “cosmopolitismo desenvolvimentista”, que defendia maior participação do capital estrangeiro. Logo em seguida, o “nacional-desenvolvimentismo” aparece com o sinal trocado, conforme a formulação crítica da escola uspiana, que via no produto – a ideologia do ISEB – uma forma de mascarar as contradições de classe e chancelar uma visão positiva sobre o papel da burguesia industrial no processo de desenvolvimento do país. No primeiro caso, o “desenvolvimentismo” apresenta-se

⁴³ BRAUDEL, Fernand. “Os jogos das trocas”. In: *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII – volume 2*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 201.

⁴⁴ KOSELLECK, 2006, p. 101.

⁴⁵ JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962, p. 204-205, 208-209.

como campo de disputa entre os técnicos de diversas ideologias; já na leitura subsequente, todo o governo JK passa a encarnar um só “desenvolvimentismo” como política econômica a ofuscar a sua falsa consciência “nacionalista”.⁴⁶

Conforme veremos adiante, a simbiose entre nacionalismo e desenvolvimento, presente no mundo das ideias e dos projetos, foi esgarçada ao se isolar o governo Vargas, apresentado como simplesmente “nacionalista”, ou “nacionalista-populista”; enquanto o governo JK era apodado de “desenvolvimentista” ou “nacional-desenvolvimentista”.⁴⁷ Perdeu-se de vista a ruptura, e o “quando”, “onde” e “como” ela se processou.

Nos anos 1980, alguns trabalhos acadêmicos, embasados em robusta pesquisa documental e teórica, utilizaram o conceito “desenvolvimentismo” para qualificar a ideologia dos economistas ou técnicos do Estado no período 1945-1964, tomando o cuidado de revelar a convergência e a diversidade de projetos, interpretações e valores dos seus integrantes.⁴⁸

Por outro lado, neste momento, muitos “economistas heterodoxos da academia” estavam empenhados em acompanhar a dinâmica interna de acumulação de capital, que se aproveitou da estrutura produtiva e das instituições estatais criadas nos anos 1950. O “desenvolvimentismo” transformara-se no desenvolvimento das forças produtivas e a democratização emergia como o novo eixo central do debate, como pré-condição para a gestação de um padrão de desenvolvimento alternativo e incluyente.

Daí a concepção de um “desenvolvimentismo militar e conservador”, erigido a partir do Estado Novo e que teria se mantido “dominante no Estado brasileiro até 1985”,⁴⁹ como na síntese de José Luiz Fiori. O “nacional-desenvolvimentismo” surge, com todas as letras, como um “desenvolvimentismo conservador”, na medida em que o Estado era utilizado para satisfazer política e economicamente, de forma heterogênea e fragmentada, as várias frações de classe burguesas. E mais, passa a se referir a um período de tempo mais longo.

⁴⁶ Em 1964, no trabalho clássico de Fernando Henrique Cardoso, os termos “desenvolvimentismo” e “nacionalismo” ainda aparecem geralmente separados entre si, apesar de comporem um todo articulado, porém contraditório (CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1972, p. 94-98).

⁴⁷ Essa distinção, por vez se faz de forma sutil, como se percebe no livro de SCHWARZ, Lilia Mortiz & STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. O segundo governo Vargas é deixado “para trás”, enquanto o Capítulo 16, intitulado “Os Anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país desenvolvido”, que começa com o governo JK, parece se referir a uma outra história.

⁴⁸ Destaco, especialmente, as obras clássicas de BIELSCHOWSKY (1995), SOLA (1998) e DRAIBE (1985), utilizadas de maneira exaustiva ao longo deste trabalho..

⁴⁹ FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 217-218. Tal concepção é desenvolvida em sua tese de doutorado (FIORI, José Luís. *O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 11-12, 154-155), concluída em 1984 e discutida ao longo do livro.

A partir dos anos 1990, quando fica evidente a mudança de orientação da política econômica, os termos “nacional-desenvolvimentismo” e o “desenvolvimentismo” sofrem nova mudança. Para os “economistas ortodoxos da academia”, o “nacional-desenvolvimentismo” aparece marcado pela associação entre intervencionismo e inflacionismo, tal como na síntese (autópsia) apressada e com escassa base empírica realizada para o período 1930-1980.⁵⁰ A política econômica atuara na contramão do desenvolvimento, fazendo com que se deteriorassem os ganhos de produtividade. Esta leitura histórica fornece o lastro teórico para a ascensão deste grupo ao poder nos anos 1990.

Após os anos 2000 – e graças ao fracasso dos formuladores do Plano Real em desencadear um novo modelo de desenvolvimento em tudo diferente ao que acontecera no passado, o “nacional-desenvolvimentismo” aparece agora sob sinal positivo. Mesmo realçando o caráter desigual, heterogêneo e dependente do desenvolvimento capitalista no Brasil, para Bresser-Pereira,⁵¹ a construção da nação e a consolidação do capitalismo no Brasil resultaram de processos potencialmente convergentes. Ao menos em tese, as contradições poderiam ser superadas no longo prazo, por meio de uma estratégia econômica e de novas coalizões que dessem continuidade à “construção interrompida”.

Interessa observar que esta análise se distancia da esposada, em 1968,⁵² quando o mesmo autor ainda segue a seara aberta por Jaguaribe. Então, no momento de virada da onda, ele observa que o “nacionalismo desenvolvimentista” é, apesar de sua reduzida “probabilidade política”, a única “ideologia capitalista capaz de superar o ciclo do subdesenvolvimento brasileiro”. Tal afirmação pode ser lida como uma espécie de depoimento de como certo fragmento de geração pensava o desenvolvimento naquela quadra histórica. O fato de ter sido escrita há cinquenta anos não a torna ultrapassada. Ao contrário: parece-nos que a leitura recente do autor, ao ampliar o seu ângulo de visão, o impede de captar aquilo que intuía quando o processo histórico transcorria à sua frente.

A interpretação que encara o período 1930-1980 como um “avanço” para o país contou com o endosso de parte dos “economistas heterodoxos da academia” nos anos 2000. Era quase como um revide do passado ao presente “neoliberal”. A nova caracterização do futuro passado preparou o cenário para a conversão do governo Lula em “desenvolvimentista”, e inclusive para

⁵⁰ FRANCO, Gustavo. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre o desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 68-70.

⁵¹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 10, 15-21, 30-31. O autor associa o “ciclo Nação e Desenvolvimento” à “revolução capitalista brasileira” para dar conta do período 1930-1980.

⁵² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 12-13, 214-215.

as novas adjetivações no campo da heterodoxia, bifurcada entre os “novo-desenvolvimentistas e os social-desenvolvimentistas”.⁵³

Como quem dá o troco, no auge da crise cíclica pós-2015, André Lara Rezende elegeu como culpado o “nacional-desenvolvimentismo estatizante que pauta, ainda hoje, o imaginário político brasileiro”,⁵⁴ fazendo coro aos economistas ortodoxos da academia, para quem o problema é o Estado e o passado sempre retorna sem alterar o seu figurino.

Era como se o debate nacional, travado sobre o passado e o presente, ficasse circunscrito às categorias econômicas e à retórica que heterodoxos e ortodoxos desfraldavam, cada qual entoando loas aos respectivos “magos da ciência econômica”, misturadas às frases feitas mais sintonizadas com as suas filiações políticas. Não havia mais os técnicos em fins – nacionalistas e mercadistas – procurando a partir do Estado delinear os sentidos do desenvolvimento. Novos personagens entravam em cena: os economistas dotados de sólida formação acadêmica. Este processo tem origem nos anos 1970 e 1980, quando se consolidam os cursos de Mestrado e Doutorado em Economia no país e se solidificam as conexões com as novidades do pensamento ocidental, provenientes das universidades estrangeiras.

Esta rápida incursão sobre os usos dos conceitos “desenvolvimentismo” e “nacional-desenvolvimentismo” nos últimos cinquenta anos nos revela que os termos assumiram a conotação mais ao gosto do freguês. O monopólio da mídia impressa e televisiva no Brasil contribuiu inclusive para a confecção de uma imagem sobre o “desenvolvimentismo” como “algo do passado”, “ou que foi bom enquanto durou, porém não serve mais”, especialmente no período pós-2015, quando este livro foi escrito. Paralelamente, a apropriação economicista do conceito pela academia, tanto pelos seus defensores como pelos detratores, dá vazão às fortes críticas provenientes de segmentos da esquerda não econômica, para quem o “desenvolvimentismo” significa desprezo pelas questões sociais e ambientais.

Ao fim e ao cabo, o “desenvolvimentismo” tende a ser caracterizado como uma ideologia econômica ahistórica assimilada a qualquer intervencionismo para os ortodoxos; ou como uma estratégia de política econômica ainda capaz de ativar a acumulação de capital com inclusão social para os heterodoxos. Já o “nacional-desenvolvimentismo” aparece como uma designação ou denominação histórica genérica, referenciada a um longo período (1930 a 1980),

⁵³ Para a recuperação histórica destes conceitos ver BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo”. In: *Economia e Sociedade*, número especial (Desenvolvimento e desenvolvimentismo(s) no Brasil), dez. 2012a, p. 784-800.

⁵⁴ RESENDE, André Lara. “À mesa com o Valor”. Entrevista com Robinson Borges. In: *Valor Econômico*, 23 jun. 2017, p. 18.

e geralmente desprovida de conteúdo conceitual ou processual preciso, podendo ser lida de maneira pejorativa ou entusiástica, conforme a orientação ideológica.

O processo de descaracterização do “desenvolvimentismo” pela imprensa e pelos “novos neoliberais”,⁵⁵ auxiliados por alguns economistas autoproclamados “desenvolvimentistas”, chegou a tal ponto que o historiador e economista Pedro Dutra Fonseca teve que comparecer em um jornal de grande circulação para recuperar o que considera ser o seu núcleo conceitual, qual seja: “um intervencionismo bem peculiar, cuja razão de ser - expressa por seus ideólogos ou por governos que geralmente lhes são associados - é a reversão do subdesenvolvimento”. O autor completa: “o desenvolvimentismo é fenômeno rico e complexo demais para comportar simplificações apressadas”.⁵⁶ Neste ponto, estamos de acordo. Por isso, este livro foi escrito.

O debate com os historiadores e cientistas sociais

Conforme exposto acima, existe um fosso entre o conceito de desenvolvimento, tal como pensado e praticado pelos burocratas-pensadores-militantes do período 1945-1964, e as várias concepções, especialmente as mais recentes (pós-1990), produzidas por economistas acadêmicos, todas a fincarem a estaca do “desenvolvimentismo”.

O “desenvolvimentismo” aparece como objeto de crítica por quem mal conhece o que foi dito, o que foi feito, por quem e com qual intenção, como no caso dos economistas ortodoxos; ou então como recurso de autoridade, especialmente para alguns economistas heterodoxos que se reivindicam herdeiros dos “heróis desenvolvimentistas”, mesmo quando abdicam dos seus métodos de análise e estilos de interpretação. Em ambos os casos, a referência ao conceito sugere uma conexão histórica perdida.

Ressalva seja feita aos trabalhos de historiadores econômicos e cientistas sociais que realizaram densas pesquisas sobre o pensamento econômico deste período, especialmente Ricardo Bielschowsky, Lourdes Sola, Sônia Draibe e Pedro Cezar Dutra Fonseca, mencionados acima, sem os quais este livro não teria sido escrito.

Já as interpretações clássicas dos anos 1970, tanto da escola da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo à frente Maria da Conceição Tavares, como a produção do

⁵⁵ A designação “novos neoliberais” justifica-se em contraposição aos neoliberais que, ao estilo de Gudin, atuaram antes e durante o processo de industrialização. Os “novos” emergem em um novo contexto histórico, quando o país já se destaca pelo vulto do seu parque industrial e pela complexidade da sua estrutura social.

⁵⁶ A caricatura em que se transformou o conceito, pela associação direta entre o “desenvolvimentismo” e a “nova matriz econômica” do governo Dilma, compromete o entendimento não só do passado, mas do presente. Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo”. In: *Folha de São Paulo*, 6 mar. 2016.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com Francisco de Oliveira e Paul Singer, escassamente recorriam ao conceito “desenvolvimentismo”. O seu objetivo era compreender as contradições da industrialização periférica sob uma ótica pós-cepalina e marxista. Ambas as vertentes procuraram se deter sobre as novas formas de articulação entre Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil e os seus impactos sobre a estrutura social.

Portanto, sem reificar os técnicos nacionalistas e os intelectuais orgânicos do Estado, procuro entender o porquê de sua crescente perda de relevância, o que se evidencia já antes dos governos militares. No período pós-1959, surgem novas posições sociais. De um lado, os “intelectuais estadistas” do campo nacionalista, como Furtado, San Tiago Dantas e Darcy Ribeiro, que procuram realizar os consensos políticos para a manutenção de uma perspectiva desenvolvimentista possível. De outro, os técnicos mercadistas – reconvertidos em “elites modernizadoras do capital” – aderem a um padrão de atuação do Estado tendencialmente tecnocrático e a uma nova aliança de classes. Ao assumir o poder, em abril de 1964, o segundo grupo trata de azeitar as engrenagens do processo de acumulação, desenvolvendo as forças produtivas e dando um tranco nas relações de produção.

Se quisermos resgatar o sentido crítico do (sub)desenvolvimento enquanto conceito, e da sua adjetivação propositiva (desenvolvimentismo) – não de maneira abstrata, mas enraizando-os na vida social e política – faz-se necessário mergulhar na história que se perdeu, para compreender o projeto “derrotado” ao menos como então (pré)concebido, pois talvez sequer tenha sido formulado e executado em sua plenitude antes de ter tido a sua sorte selada.

Ora, o “nacional-desenvolvimentismo”, na sua leitura linear, realiza uma opção pela pela continuidade e pela “acumulação de conquistas”, perdendo de vista a ruptura – menos na condução da política econômica, e mais na “economia política das reformas” – ocorrida entre distintos projetos civilizacionais. Neste sentido, não há como associar Rômulo Almedia e Celso Furtado com Roberto Campos e Antônio Delfim Netto, como se fossem partícipes do mesmo projeto. A quem pode interessar essa história que encara o acontecido como necessário, escamoteando os projetos alternativos que ficaram pelo caminho, conforme a concepção de história de Benjamin?⁵⁷

Neste sentido, nossa interpretação se encontra justificada pelas circunstâncias que fundamentaram aquele passado, quando “uma mesma leitura do real se transformou em uma referência compartilhada de historicidade”⁵⁸ para aqueles burocratas-intelectuais-militantes. O seu projeto-interpretação-utopia surge como parte integrante de uma realidade econômica, de

⁵⁷ LÖWY, 2005, p. 65.

⁵⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 184.

uma cultura política e de uma estrutura social peculiares, todas em movimento e submetidas ao seu esforço de teorização e à sua perspectiva transformadora, por mais que esta tenha sido abortada. Investigar a ruptura em processo significa também perscrutar os limites desse fragmento de geração em perspectiva histórica.

Finalmente, ao enraizar historicamente o conceito de desenvolvimentismo, não procuro me posicionar de maneira confortável em um novo futuro passado, como quem desfere a sua artilharia contra todos e quaisquer neologismos que, se bem temperados, podem e devem fazer parte do cardápio do cientista social que se pretende leitor-historiador-humanista.

Concordo, portanto, com Pedro Dutra Fonseca⁵⁹ acerca da dupla natureza do conceito “desenvolvimentismo”, filiado tanto ao “mundo material” (conjunto de políticas e de atributos reais de um sistema econômico) como ao “mundo do pensamento”, na medida em que se transforma em um guia de ação a partir de ideias e valores comuns. O meu propósito é abrir a couraça econômica – mas não economicista – que o reveste para revelar a sua complexidade valorativa. Para tanto, incorporo as dimensões social e política ao mundo material, pois são elas que explicam, junto aos mecanismos econômicos, como certas ideias e valores adquirem concretude.

Eis o nosso desafio: acompanhar a experiência do desenvolvimento enquanto pensamento e prática para dar-lhe novo sentido, o que implica, no limite, recontar a história do país. Este esforço exigiu a elaboração de uma periodização histórica alternativa sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Para tanto, fez-se necessário explicitar a relação dialética entre o mundo material e o mundo do pensamento. Ora, é justamente essa dupla natureza do conceito que dá margem a mal-entendidos, especialmente quando se fixa apenas nos eventos (ou no rol de políticas) e nos seus resultados imediatos. Compreender a interação entre esses dois lados da moeda é pré-condição para que possamos avançar rumo a uma “imagem mais nova da história” que liberte o passado do peso avassalador da “acumulação de conquistas”, encarada como necessidade inelutável do movimento do real. Da mesma forma que “não se pode depreender a realidade do conceito”, tampouco este é mera derivação daquela, havendo processos de mútua interação. Para Koselleck,⁶⁰ a “tensão produtiva” oriunda dessa “co-incidência” revela-se rica de ensinamentos para a História.

Partindo deste pressuposto, procuramos enfrentar as seguintes questões: pode o conceito “desenvolvimentismo” ser elaborado a partir de um núcleo comum, oriundo das diversas

⁵⁹ FONSECA, 2014, p. 30, 44, 48-49.

⁶⁰ KOSELLECK, 2006, p. 114.

leituras teóricas erigidas em torno dele?⁶¹ E mais, governos tão diversos podem ser alcunhados de “desenvolvimentistas”, a partir de uma avaliação de suas políticas econômicas ou de seus projetos de nação correlatos? É ao nível dos governos que se deve buscar o nexo que dá sentido ao “desenvolvimentismo”? E o que dizer dos projetos em disputa na sociedade que levam a resultantes secundárias e, por vezes, a rupturas históricas, geralmente ocultadas por detrás do aparente véu de continuidade existente entre governos que recorrem a instrumentos de política econômica similares?

Neste livro, seguimos um caminho metodológico alternativo: em vez de alargar o conceito (opção pela extensão),⁶² de modo a abarcar as variantes ou subtipos de “desenvolvimentismo”, a partir da combinação entre o seu “núcleo comum”, bastante amplo, e algumas características específicas de cada governo ou país; optamos por restringi-lo, a partir de uma delimitação própria, elaborada para uma conjuntura histórica específica (opção pela intensidade).

O passo lógico subsequente é avaliar se o curso posterior da História (pós-1964) conforma um subtipo de “desenvolvimentismo”, ou se o ineditismo dos eventos na sua transformação econômica, social e política validam a tese aqui esboçada de que já estaríamos adentrando o perímetro do pós-desenvolvimentismo. É neste ponto específico que me diferencio das interpretações dos principais autores que se debruçaram sobre a questão.⁶³

Tratar o período 1945-1964 em toda a sua intensidade implica recuar e avançar para além dele, encontrando pontos de continuidade e ruptura. O elemento que fornece o eixo da narrativa, e da empreitada metodológica, é a construção neste período histórico de um projeto-interpretação-utopia – girando em torno do desenvolvimento e da nação – que não se vincula especialmente a este ou aquele governo. Mas a importantes segmentos sociais e intelectuais que procuram orientar a “mentalidade utópica” da coletividade, no sentido proposto por Mannheim⁶⁴; ou fazer uso da ideologia enquanto concepção de mundo capaz de viabilizar uma

⁶¹ FONSECA (2014, p. 41-42) caracteriza o “núcleo comum” do “desenvolvimentismo” a partir dos seguintes componentes: “projeto nacional deliberado”, “intervenção consciente do Estado” e “aposta na industrialização”. Assume ainda como pressuposto geral a intenção de alterar o *status quo* sem sair do perímetro do sistema capitalista. Para o nosso propósito, esta definição revela-se sobremaneira elástica.

⁶² Sobre o *trade-off* entre extensão e intensidade do conceito, ver FONSECA, 2014, p. 32-36, 61-62. Esta distinção mostrou-se imprescindível para a perspectiva adotada no livro, apesar (ou) justamente pelo fato de termos optado pelo caminho inverso.

⁶³ É o caso de SOLA (1998), FONSECA (2014) e de BIELSCHOWSKY & MUSSI (2005).

⁶⁴ Para o autor, a utopia compreende um projeto de transformação da realidade, a partir de uma determinada concepção do desenvolvimento histórico e de suas potencialidades. Já a ideologia é composta das ideias que não logram ou não almejam viabilizar o seu conteúdo virtual. A utopia se transforma em mentalidade utópica quando se mostra capaz de impregnar a coletividade em um determinado período histórico (MANNHEIM, Karl. *Ideología y utopia: introducción a la sociología del conocimiento*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 231-232, 241, 246-247).

“reforma intelectual e moral” antecedida por uma “reforma econômica”, nos termos de Gramsci.⁶⁵ Utilizaremos, portanto, a concepção de utopia de Mannheim e de ideologia de Gramsci ao longo do livro por entendermos que elas não se opõem, mas antes se referem a diversas manifestações da esfera da “cultura” na vida social.

Quanto ao nosso objeto/sujeito de pesquisa, importa salientar que, durante o Brasil Desenvolvimentista, alguns elementos decisivos emergem de maneira imbricada, a saber: uma utopia sobre as potencialidades nacionais que se confronta com um sistema hierarquizado no plano internacional e um conjunto de desigualdades amplificadas no plano interno; um estilo próprio de interpretação sobre o andamento assíncrono das estruturas econômicas, sociais e políticas a partir da interpretação do subdesenvolvimento; e um projeto de atuação do Estado na economia (mas não somente) ancorado em diversos segmentos da sociedade.

Esta combinação mostrou-se poderosa ao articular uma visão de mundo que originou projetos inovadores relacionados às várias dimensões do desenvolvimento: infraestrutura econômica, planejamento estatal, educação, cultura, federalismo, política externa, questão agrária e urbana, desenvolvimento regional, dentre outras. Aliás, uma das peculiaridades de Rômulo, Furtado e de outros intelectuais do período foi a de terem fundido várias destas dimensões nos seus projetos, quando da sua atuação no âmbito do Estado, sem subsumi-los à primazia da dimensão econômica.

A utilização do conceito de Brasil Desenvolvimentista não implica comprar a tese historicista que parte da “singularidade dos eventos” tomados em si, como se dotados fossem de uma “unidade imanente de sentido”. Ao contrário, apenas se pode conceber a “singularidade histórica” de um passado específico a partir da investigação das estruturas dinâmicas e de como elas interagem com as alternativas cambiantes e entrecruzadas de resolução das contradições na sua manifestação conjuntural. Paralelamente, esta aposta metodológica permite verificar como e porque uma determinada “dinâmica estrutural” pôde prevalecer.⁶⁶ Ou como e porque determinados eventos acarretaram uma mudança estrutural.⁶⁷ Por levar em conta a complexa temporalidade do processo histórico, desprovido de qualquer teleologia implícita, o conceito de Brasil Desenvolvimentista se reveste de potencial analítico.

⁶⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política*. Vol. 3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 16-19, 37.

⁶⁶ A interpretação acima, assim como os conceitos em aspas, que constam no parágrafo, foram formulados a partir de KOSELLECK, 2006, p. 115, 118, 142-145, 159-160.

⁶⁷ Para SEWELL Jr. (2005, p. 100-102), os eventos têm o poder de alterar estruturas. O seu enfoque parte da “dependência do padrão” (*path dependency*), mas destoando do uso feito pelos economistas. Isso porque as estruturas causais são mutáveis ao longo do tempo, afetando o conjunto das relações sociais.

Tal opção metodológica encontra-se apenas sugerida em Bielschowsky.⁶⁸ Ao final da sua obra clássica, o autor “suspeita” que a sociedade brasileira da “Era Desenvolvimentista” (o termo é seu) ainda não estava “politicamente preparada” para uma “ideologia de capitalismo alternativo (reformista) ou de socialismo”, no contexto da estrutura social e política existente. Esta conjectura sugere a existência de um curto-circuito entre o mundo do pensamento e o mundo material, que até então apareciam associados na obra do autor.

O conceito de Brasil Desenvolvimentista encontra eco na formulação não aprofundada de Bielschowsky sobre a Era Desenvolvimentista. Por mais que possamos concordar ou não, em tese, com o fato de que a sociedade brasileira “não estivesse preparada”, este juízo de valor não deve nortear *a priori* o esforço de pesquisa. Ora, o “privilégio imenso” do historiador, tal como afirma Braudel,⁶⁹ está no fato de saber de antemão, “das forças em luta, quais hão de prevalecer”. Mas esta comodidade não torna mais fácil o seu ofício, que não se deve conformar com os “eventos vencedores”, buscando antes as “possibilidades múltiplas e contraditórias”, sem as quais não se compreende o movimento da onda.

A argumentação de Bielschowsky, ao situar o “desenvolvimentismo” como um mínimo denominador comum de várias correntes ideológicas – como se estes autores/atores apesar de divergirem entre si, se aliassem no principal – perde de vista que o período por ele caracterizado como “auge do desenvolvimentismo” (1956-1961)⁷⁰ também marca o início do seu ocaso. Antes do fim do período, os expoentes das correntes nacionalista e mercadista (Furtado e Campos) já se situavam em polos opostos no Estado e na sociedade.

No nosso entender, a classificação/periodização empreendida por Bielschowsky não leva dois fatores em consideração: as mudanças nas posições sociais ocupadas pelos economistas no período, que espelham os movimentos na estrutura de poder mais ampla; e o fato de que o desenvolvimento era pensado e praticado para além da matriz econômica.

Adicionalmente, este livro pretende confrontar a tese da “inexorabilidade” do golpe de 1964, no sentido de condição necessária para o processo de desenvolvimento do capitalismo e para a resolução das contradições de classe, que aparece, de maneira implícita, em boa parte dos trabalhos produzidos pela sociologia acadêmica dos anos 1960 e 1970.⁷¹ Conforme o seu argumento central, a falta de compreensão da dinâmica de classes – em boa medida responsável pelas práticas, crenças e ilusões do “nacionalismo”, “populismo” e “desenvolvimentismo” –

⁶⁸ BIELSCHOWSKY, 1995, p. 431, 433-434.

⁶⁹ BRAUDEL, 1992, p. 116-117.

⁷⁰ BIELSCHOWSKY, 1995, p. 401, 406, 408-409, 432.

⁷¹ A análise desta produção encontra-se no capítulo 3.2 deste livro, cujo foco é a escola de sociologia da USP.

cumprir papel decisivo para a não elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento democrático e potencialmente socialista. Como veremos, tais conceitos generalizantes aparecem muitas vezes desprovidos de fundamentação histórica.

Alternativamente, a abordagem mais recente, desenvolvida por professores e pesquisadores de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do CPDOC/FGV⁷², enfatiza a pluralidade dos atores sociais e políticos e de suas manifestações durante o período em questão (1945-1964), renomeado como “Terceira República”.⁷³ O eixo norteador dessa abordagem é o projeto de transformação das estruturas econômicas e sociais a partir do Estado, quando o trabalhismo e o nacionalismo se destacam como ideologias crescentemente enraizadas na sociedade. Este projeto é abortado pela aglutinação de esforços dos “liberais-conservadores” em oposição aos “nacional-estatistas”.⁷⁴ Neste caso, a “culpa” passa a recair nas elites e classes dominantes, que teriam obstruído um projeto cuja explicitação, contudo, não vai muito além de uma listagem das reformas e das forças sociais e políticas que aparentemente as apoiavam.

Essas interpretações são seguramente mais complexas do que o quadro estilizado acima sugere, além de não esgotarem toda a gama de interpretações sobre o período em questão. Ainda assim, fazem parte do patrimônio da “história em geral”, do qual devem partir as novas “histórias singulares” possíveis, como sugere Koselleck.⁷⁵

O que está fora do foco das histórias acima apontadas é o papel do intelectual orgânico do Estado, que almeja construir novas pontes com a sociedade, no intuito de conformar uma nova coalizão de poder contra-hegemônica, conferindo-lhe novas bases de sustentação e orientando em um sentido peculiar os interesses das classes dominantes. Para tanto, imaginavam contar estes atores estrategicamente posicionados com o respaldo de segmentos importantes da sociedade civil – burguesia nacional, classes médias e trabalhadores – por meio de uma estrutura ideológica que extravasa o aparelho estatal.

Compreender o “fracasso” desta estratégia – que reside no campo das ideias, bem como no campo da estrutura social e de poder – é condição para uma análise que dispense a figura

⁷² Uma coletânea representativa de artigos produzidos segundo essa abordagem encontra-se em FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República*. 8ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Ver também o livro organizado por Ângela de Castro Gomes (GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013a), especialmente a sua introdução.

⁷³ A “Primeira República” (1889-1930) é seguida do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), que marca a transição para a “Terceira República” (1945-1964). A “Ditadura Civil-Militar” (1964-1985), por sua vez, é sucedida pela “Nova República” (1985-2016).

⁷⁴ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 375-377.

⁷⁵ KOSELLECK, 2006, p. 184-185.

dos “culpados”, e passe a situar os sujeitos do drama a partir da compreensão condicionada que tinham do seu tempo. Neste sentido, ambas as interpretações apontadas acima seguem fornecendo pistas valiosas, mesmo quando se percebe o que lhes falta (no caso de temas e atores esquecidos) ou o que elas possuem de sobra (o determinismo no primeiro caso, e o historicismo no segundo).

Como explicar que o período que se inicia em 1945, com o novo Código Eleitoral, a anistia política, a liberdade de imprensa, a organização de partidos de base nacional, agora inclusive com o Partido Comunista do Brasil (PCB) de volta à legalidade, expandindo de maneira exponencial seu número de filiados; e durante o qual, além de aprovada a Constituição de 1946, são realizadas quatro eleições presidenciais e seis para o Congresso, além das estaduais e municipais; contando ademais com um conjunto de novas políticas de desenvolvimento, acionadas a partir do Estado; e combinando rápida expansão econômica com crescente mobilização social; fosse culminar no anticlímax de 1964?

Não se tratava de uma democracia plena, especialmente se levarmos em consideração suas três principais feridas: a ilegalidade do PCB, decretada em 1947, a proibição do voto dos analfabetos e a presença constante do poder moderador militar. Mas estava longe de ser uma democracia restrita ou elitista. O projeto de desenvolvimento nacional ergueu a chama da utopia, empolgando mentes e corações, por meio de uma interpretação inovadora da sociedade brasileira. Mas o capitalismo dependente deu a volta por cima, passando feito enxurrada e deixando os destroços pelo caminho. Ao longo do livro, procuramos costurar os vários fios que dão sentido a esta história.

Sobre o personagem (codjuvante) Rômulo Almeida

Quando acompanhamos o percurso de Rômulo Almeida e de outros personagens que ocupam a mesma posição social, partindo da sua atuação, interpretação e expectativas projetadas durante os governos da Terceira República, em conjunto com as transformações estruturais processadas, é a dinâmica do Brasil Desenvolvimentista – nos seus vários ritmos – que procuramos desvendar. E quando contrastamos esses atores/autores com intelectuais vinculados a outras posições sociais, pretendemos recuperar não apenas os debates e embates travados ao longo do período, mas também como eles produziram história.

Igualmente, ao situar Rômulo Almeida nos distintos contextos históricos, o primeiro quando o “personagem entra em cena” e o segundo quando “vive na pele os dilemas do Brasil Desenvolvimentista”; por mais que ele apareça como agente e fruto da história, é esta que adquire precedência, assumindo o papel de grande personagem. Percebi que o impasse vivido

ao longo do livro, guardadas as devidas proporções, se assemelha ao de Braudel, quando seu mestre Lucien Febvre lhe sugere, em carta de 1927, substituir o tema central, pois o confronto entre Filipe II e o Mediterrâneo não lhe parece “equilibrado”.⁷⁶ Portanto, Rômulo Almeida é o meu Filipe II. Já o Mediterrâneo cruzou o Atlântico para se transformar em Brasil Desenvolvimentista e assumir o papel de protagonista da história.

O cotejamento da trajetória deste burocrata-intelectual-militante – que compõe um fragmento de geração e preenche uma posição social – com o contexto econômico, sociopolítico e cultural em transformação, exigiu a elaboração de novas categorias e hipóteses de pesquisa. Ao longo do livro, os dois planos – o das ideias/ações dos vários personagens e o do contexto histórico mais amplo – aparecem interpenetrados. Esta interação potencialmente dialética é prenhe de estranhamentos e revelações, não só para os nossos autores/atores que surgem sob novos figurinos, mas também do ponto de vista de parte da literatura, que cunhou uma narrativa segundo a qual o nacional-desenvolvimentismo tem o seu “coroamento natural” com o desenvolvimento do capitalismo durante o regime militar.⁷⁷

O foco sobre a figura de Rômulo permitiu também captar a sua singularidade no conjunto das possibilidades abertas à sua posição social. Pode-se assim saltar do jovem dublê de historiador econômico e geógrafo no início dos anos 1940 à reflexão já orientada para a ação na segunda metade dos anos 1940; e, logo em seguida, ao planejador trazendo a reflexão na retaguarda, entre o período de 1950 a 1966; para chegar, enfim, ao servidor público isolado da “repartição”, mas não dos seus projetos de consultoria, que permitem alçar voo ao pensador redivivo (1966-1978); e, finalmente, ao organizador do partido, no caso o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando procura redefinir o espaço de sua utopia, associada a uma nova práxis, durante o processo de “abertura” (1978-1988). Infelizmente, nem todas essas facetas puderam ser captadas em sua complexidade ao longo do livro, que realiza apenas algumas incursões na sua trajetória depois de 1966. Mas este percurso é parte constitutiva desta obra.⁷⁸

A periodização da sua trajetória funciona como ferramenta analítica para acompanhar o “ritmo do pensamento em desenvolvimento” ao longo das várias posições que ocupa no universo social em transformação. Assim, os seus “períodos críticos-cronológicos” não são

⁷⁶ DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 95-97.

⁷⁷ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 64.

⁷⁸ Uma tentativa preliminar de acompanhamento da trajetória do personagem, encontra-se em BARBOSA, Alexandre. “Pensando, planejando e executando o desenvolvimento: a trajetória de Rômulo Almeida”. In: *Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*, CALIXTRE, André Bojikian & ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

contrapostos de maneira mecânica, antes servem como pontos de referência para o estabelecimento de “comparações válidas” entre os vários modos de pensar e agir imersos em sua historicidade.⁷⁹

Gramsci nos fornece algumas “questões de método” para o estudo de uma concepção de mundo não exposta de maneira rigorosa, como é o caso de nosso personagem: “sua coerência essencial deve ser buscada não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do trabalho intelectual”. Somente assim, podemos “identificar os elementos estáveis e permanentes”.⁸⁰ No caso de Rômulo, eles giram em torno de uma concepção sistêmica de desenvolvimento, fundada no processo histórico e enraizada no território, a economia deslocando e potencialmente redefinindo a sociedade e a cultura, em novas bases, por meio da ação consciente do Estado planejador e democrático.

Tal concepção sistêmica não era um atributo exclusivo de Rômulo, mas de um fragmento de geração composto por técnicos e intelectuais que viam na atuação do Estado, conjugada à da sociedade em movimento, a via possível para a “superação do subdesenvolvimento”. Ao buscar a trajetória de um protagonista menos conhecido, travei novamente contato com as análises, interpretações e projetos formulados por Celso Furtado, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Josué de Castro e Anísio Teixeira, dentre outros. Os textos destes autores conhecidos, além de rigorosos e disciplinados enquanto intelectuais, também passaram a ser lidos sob nova chave, como se os estivesse lendo pela primeira vez. O objetivo foi “presentificar” aquele passado, agora lembrado por meus contemporâneos.

No caso específico de Rômulo, sua trajetória e pensamento não são de conhecimento das novas gerações. Por várias vezes, ao longo da pesquisa, tive que explicar quem foi Rômulo Almeida, armando até mesmo uma pequena ladainha para ressaltar a sua importância e, por conseguinte, a da própria pesquisa, ambas por vezes recebidas com descrédito. Mas o mesmo vale para muitos que conheceram o personagem ou aspectos da sua “obra”, corporificada nos vários projetos por ele coordenados. Nas várias entrevistas que realizei, ao longo da pesquisa, com pessoas que trabalharam ou conviveram com o economista baiano, a resposta à questão – “existe um pensamento romuliano sobre o Brasil?” –⁸¹ foi, na maioria dos casos, negativa.

Os entrevistados não deixaram de mencionar a contribuição do economista baiano para o desenvolvimento nacional, apontando suas realizações, assim como a visão totalizante e

⁷⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. Vol. 4. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 18-20.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 18-20.

⁸¹ BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Existe um pensamento romuliano sobre o Brasil?”. In: *Informativo IRAE*, ano 3, n. 4, jan./mar. 2016, p. 4.

dialética sobre o planejamento, uma das marcas do seu pensamento. Mas, no seu entender, Rômulo não possuía uma “contribuição teórica”. Tal, ao que parece, era inclusive a “opinião” do nosso personagem. Todos eles parecem partir do pressuposto de que essa contribuição, quando existe, se faz presente por meio de livros de circulação no mercado editorial.

De fato, apesar de ter alguns poucos livros publicados (geralmente coletânea de artigos ou de entrevistas, todos esgotados), nosso intelectual não deixou uma “obra” no sentido clássico do termo. Pode-se até mesmo dizer que Rômulo jamais foi “lido”, a não ser em textos elaborados no calor da hora, ou talvez tenha sido sem que se o soubesse, pois vários dos seus escritos não contam com a sua autoria. Não obstante, o acompanhamento de sua trajetória permitiu catalogar dezenas de artigos publicados em livros e na imprensa, entre as décadas de 1930 e 1980, além das exposições de motivos que acompanham projetos de lei e dos discursos e textos mimeografados jamais publicados.

O pensamento romuliano carrega o olhar crítico de participante do processo histórico e pode ser dissecado por meio desse material inédito. Optamos por chamá-lo de intelectual “praxista”, pois ele próprio se autodefinia como um “homem de práxis”.⁸² Partindo da sua posição no setor público, elaborou um sistema de ideias – apropriando-se à sua maneira de conceitos e teorias de autores nacionais e estrangeiros, muitos dos quais fizeram parte do seu convívio – para atuar sobre a realidade que ele interpretava, ao empreender uma espécie de “ciência em ato”, conforme o termo de seu colega, o sociólogo Guerreiro Ramos.

Mesmo nos anos 1970 – quando ele se recolhe para trás da ribalta (ou para lá é empurrado), e a dinâmica que estuda, e sobre a qual ainda procurava interferir, se distancia da utopia esposada pelos vários fragmentos de sua geração –, a sua reflexão praxista não bate em retirada. Antes ressurgue ancorada no presente concreto, no seu entender, repleto de possibilidades dialéticas.

Rômulo Almeida, o burocrata-intelectual-militante, que entra e sai do palco do Brasil Desenvolvimentista, luta até o último momento. Recusa-se a aceitar a alcunha de “derrotado”, ou talvez não o tenha sido em sua totalidade. Não seria este livro uma prova de sua resistência?

Digo isso porque vários livros foram escritos sobre a guerrilha no Brasil, mas nenhum sobre este guerrilheiro de “terno e gravata” que entrava nos gabinetes da tecnocracia militar, e corajosamente terçava as suas armas intelectuais com o regime que com ele se aconselhava. Nos anos 1970, participou ativamente de reuniões, encontros, conferências, e até de comícios, com alunos, empresários, líderes sociais, funcionários públicos e o “povão”, buscando criar as

⁸² ALMEIDA, Rômulo. *Discurso de recepção do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Ceará*, mimeo, 14 set. 1982. Salvador: Acervo IRAE.

condições para uma democracia, na época vista como burguesa para muitos da esquerda, mas que para ele era a única forma concebível de se construir uma contra-hegemonia no país.

Neste sentido, o “fracasso” dos intelectuais orgânicos do Estado também é o dos intelectuais críticos da academia, dos intelectuais das classes populares e dos intelectuais independentes,⁸³ como Caio Prado Jr. e Mário Pedrosa, pois já é tempo de “socializar a derrota” por meio de um escrutínio do processo histórico.

Os vencedores desta história são Roberto Campos, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, dentre tantos outros personagens, que forjaram alianças de classe e interpretações condizentes com as necessidades do regime que procuravam legitimar. Forneceram as condições subjetivas para a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, que lograria erguer novas desigualdades sobre as velhas, agora recicladas.

No momento em que os vitoriosos pontificavam, nosso personagem, situado à margem da história, parece se tornar um homem de outro tempo. Sequer pode reivindicar, à semelhança de Furtado, “a consciência de ser hoje uma ‘herança cultural’, de já não pertencer a si mesmo”.⁸⁴ O seu resgate se faz possível hoje, não por meio da geração que o sucedeu, mas pela subsequente, movida pela missão de recuperar e atualizar essa “herança cultural” comum, feita de trajetórias e contribuições tão diversas.

A estrutura do livro

Nesta introdução, apresentamos de maneira sintética o escopo metodológico, o quadro conceitual e as referências teóricas que embasaram a escrita do livro, que se encontra organizado conforme a estrutura que segue.

Na primeira parte, focamos no período que vai de 1914 a 1950, acompanhando a trajetória de Rômulo Almeida e as transformações históricas que se processam no período. As mudanças econômicas e sociais são costuradas junto às condicionantes culturais e políticas, pois é neste cenário mais amplo que se formam Rômulo e o seu fragmento de geração.

Descrevemos, na segunda parte, a trajetória de Rômulo Almeida a partir do momento em que ele assume, em 1951, a chefia da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas. São então apresentados os vários personagens que, com ele, contracenam dentro e fora da máquina pública. Procuramos destacar como pensavam e agiam estes personagens

⁸³ Essa classificação dos vários tipos de intelectuais, vinculados a diversas posições sociais, a partir das quais o seu pensamento é formulado e ganha sentido, permite fornecer um contraponto entre as várias concepções de desenvolvimento, que se constituem e se transformam ao longo do período.

⁸⁴ FURTADO, 2019, p. 241. Trecho de seu diário no exílio, datado de 18 out. 1975.

protagonistas, e a partir de quais posições sociais, assumindo uma perspectiva dinâmica deste tempo curto acelerado (1951-1964).

Na terceira parte, nosso personagem fica nos bastidores e outros atores ingressam no palco, para dar prosseguimento ao enredo da peça. Apresentamos, no capítulo 3.1, os debates travados no campo econômico em formação, especialmente entre os técnicos nacionalistas e mercadistas; e mostramos como se transformam em verdadeiros embates, em virtude do deslocamento dos seus discursos e das próprias posições sociais na estrutura de poder, refletindo, de maneira não linear, as mudanças econômicas de envergadura. No capítulo 3.2 procuramos resgatar a concepção dos intelectuais críticos da academia que comparecem com novas abordagens sobre o desenvolvimento, questionando as análises da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do ISEB. Pretendemos, sem deixar de ressaltar sua importante contribuição teórica, inseri-los no debate a partir da sua posição social, colocando-os no mesmo patamar dos intelectuais aninhados na cidadela estatal e, na medida do possível, fazendo com que dialoguem entre si.

A quarta parte inicia-se com o fim do segundo governo Vargas, encarado como momento em que continuidade e ruptura se unem para promover um novo andamento da história. Rômulo volta ao palco por meio de um rompante contado no breve capítulo 4.1. No capítulo 4.2, fazemos um recuo, voltando à Assessoria Econômica, agora analisada por meio dos vários projetos elaborados por Rômulo e seus colegas de trincheira, de modo a revelar como as dimensões internacional, social, regional e econômica do desenvolvimento se articulavam a partir do Estado, muitas vezes contando com a participação de outros atores sociais. Em seguida, no capítulo 4.3, acompanhamos a atuação de Rômulo no governo da Bahia (1955-1961), sua concepção sobre o desenvolvimento do Nordeste, as várias idas ao governo federal, o trânsito pela política, até a sua experiência internacional em Montevideu e Washington (1961-1966), quando ele embarca no trem da integração latino-americana, até o seu regresso definitivo à Bahia em pleno regime militar.

O epílogo “(Re)pensando e (re)periodizando o desenvolvimento no Brasil” funciona como uma espécie de último ato, ainda indefinido, pois a história que se inicia no nosso futuro passado é contada a partir do presente marcado pelo golpe desferido em 2016. Pretendo aqui a título de síntese, partindo de algumas hipóteses preliminares, traçar em longas pinceladas as linhas mestras, entrecruzadas e de diversas durações, que dão forma e sentido ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil no período pós-1930. Enfim, um afresco repleto de indagações e inquietações, portanto, com mais dúvidas que certezas.

A título de depoimento, posso dizer que o livro foi escrito e vivido intensamente quando do auge do nosso último ciclo histórico (1985-2016) restavam tão somente os escombros. Esta vivência cotidiana dividiu o meu tempo com as incursões sobre um outro passado, e muito provavelmente imprimiu a sua marca sobre o livro. Mas o contrário também é verdade: lá eu busquei o material para construir um futuro diferente, feito da matéria viva do presente.